

A Contradição Como Problema Constitutivo da Língua: As Ressonâncias Entre Ducrot e Bakhtin

The contradiction as a constitutive problem of the language: the resonances between Ducrot and Bakhtin

Silvânia Siebert*

* Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 88015-110, e-mail: silvania.siebert@unisul.br

Andréia Daltoé**

** Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 88015-110, e-mail: andreia.daltoe@unisul.br

RESUMO: Este artigo busca problematizar a contradição como sentido constitutivo da língua a partir dos estudos desenvolvidos por Ducrot (1987) e Bakhtin/Voloshinov (2006). Nos perguntamos: até que ponto seria possível controlar a clareza da expressão de ideias e de que maneira é possível excluir qualquer problema que ponha em risco uma organização lógica e coerente de dizer? No caso deste trabalho, queremos perguntar: que lugar assume a contradição bem como a relação que estabelece com a questão da coerência e incoerência? A partir da análise de enunciados amparados em conceitos da teoria da argumentação e dos estudos polifônicos, dos autores supracitados, foi possível estabelecer uma relação contrastiva entre as duas perspectivas de análise, tendo em vista o questionamento proposto. O que nos permitiu dizer que, como os sentidos do discurso não podem se limitar à materialidade da língua e como uma metodologia de lógica textual não dá conta das inúmeras possibilidades de organização de um texto, é necessário fazer intervir outras formas de análise num estudo que aproveite as construções internas como aporte de determinantes externos que signifiquem conjuntamente.

PALAVRAS-CHAVE: Contradição; Teoria da Argumentação; Polifonia.

ABSTRACT: This paper seeks to problematize the contradiction as constitutive sense of the language, from the studies developed by Ducrot (1987) and Bakhtin/Voloshinov (2006). We asked ourselves to what extent it would be possible to control the clarity of expression of ideas, and how you can delete any problem that risks a logical and coherent organization of saying. In the case of this work, we want to ask which place the contradiction takes on as well as the relation that it establishes with the coherence and incoherence. From the analysis of sustained statements in concepts of the Argumentation Theory and the Polyphony, from the authors mentioned before, it was possible to establish a contrastive relation between the two perspectives of analysis, bearing in mind the proposed question. What allowed us to say the discourse's senses cannot be limited to the materiality of the language and a methodology of textual logic does not account for countless possibilities of organizing a text – it is necessary to involve other forms of analysis, in a study that takes advantage of the internal structures as contribution of external determinants than mean jointly.

KEYWORDS: Contradiction; Argumentation Theory; Polyphony.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos refletir sobre a questão da contradição e seu funcionamento a partir da relação, em suas ressonâncias e/ou discordâncias, que estabeleceremos entre as teorias polifônicas de Oswald Ducrot (1987) e Mikhail Bakhtin/Voloshinov (2006). Partimos do pressuposto de que as teorias do texto têm consolidado seu espaço a partir dos seguintes pontos: que o texto é motivado por uma relação comunicativa, que adquire sentidos justamente nessa interlocução e que essa manifestação só é possível numa materialidade linguística.

Entendemos que os estudos linguísticos desenvolvidos principalmente até o início do século XX, no intuito de situar seu objeto científico em busca de uma ciência da linguagem, basearam-se predominantemente na língua enquanto sistema abstrato. Postulando aparatos teóricos de outras ciências, também se desejou isolar este objeto para analisá-lo em sua possível “pureza”. Para tanto, o afastamento do sujeito, com sua carga histórica, social, ideológica, acaba sendo necessário a estes estudos que buscam uma sistematização formal, sem interferências que abalem a estrutura linguística.

Percebendo os limites de determinação dos sentidos em estudos estritamente linguísticos, as teorias enunciativas vão procurar investigar a produção dos enunciados em situações reais de comunicação. Émile Benveniste é considerado o precursor da teoria enunciativa, por volta da década de 50/60, mas antes dele, Charles Bally e Mikhail Bakhtin/Voloshinov já convocavam uma concepção de linguagem interativa, assim como um pouco mais tarde, por volta da década de 70, o fez Oswald Ducrot.

Este período da história foi decisivo para pesquisas que se defrontaram com a dificuldade e/ou impossibilidade de “higienizar” um texto, considerando que a estrutura da língua, por si só, seria suficiente para se entender um pouco mais sobre a linguagem humana.

Os estudos sobre o evento da enunciação, ao romper com a dimensão da frase, abriram espaço para os trabalhos com o texto na Linguística Textual (LT) e com o discurso na Análise do Discurso (AD). Simultaneamente, a semântica e a pragmática perpassam essas áreas, particularizando-se a partir do modo como cada área situa ou delimita seus espaços de análise.

Pode-se pensar que essas idéias trouxeram à tona os usuários da língua, usuários reais, afetados por condições sociais diversas e determinantes para a linguagem, isto é,

pode-se pensar que esses estudos trouxeram à cena enunciativa o sujeito como parte de seu processo de significação, conforme desejam as teorias enunciativas. A idéia seria, então, tentar perceber se, distanciando-se de uma idéia de sujeito/falante ideal, como se poderia pensar uma língua, e um sujeito, passíveis de falhas, equívocos, contradições. É o que tentaremos observar na próxima seção a partir da discussão que faremos em torno da questão da contradição.

A CONTRADIÇÃO: ESTRUTURA E CONSTITUIÇÃO

Acreditando numa relação direta entre pensamento e linguagem, o falante, ao expressar suas ideias, submete-se a critérios de lógica formal e adapta sua linguagem ao que pode ou não ser dito em termos de regras intrínsecas. Pensando a língua dessa maneira, os estudos da linguagem distanciam-se da exterioridade, que tem a ver com o sujeito e os aspectos histórico-sociais que o envolvem/determinam.

Os estudos de uso da língua parecem satisfazer a um desenho teórico traçado para cumprir o propósito da clareza de ideias, da lógica de pensamento e da organização textual. Entender tais características como apreendidas no âmbito da estrutura da língua pressupõe encontrar condições suficientes para a constituição dos sentidos.

A pergunta que podemos colocar é: até que ponto seria possível controlar a clareza da expressão de ideias e de que maneira é possível excluir qualquer problema que ponha em risco uma organização lógica e coerente de dizer? No caso desta pesquisa, queremos perguntar: que lugar assume a contradição bem como a relação que estabelece com a questão da coerência e incoerência?

Charolles (apud KOCH e TRAVAGLIA, 2003, p. 36) considera a coerência como uma qualidade do texto que permite aos usuários reconhecê-los como bem formados, dentro de um mundo possível. A boa formação refere-se à possibilidade de o usuário recuperar o sentido do texto, calculando sua coerência. Sendo assim, pode-se dizer que a incoerência se daria quando um usuário não reconhece um texto como bem formado. O princípio da não-contradição da lógica formal prevê que uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. A contradição aconteceria, então, quando uma proposição é verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Uma vez que contrariam as condições de boa formação do texto, tanto a incoerência quanto a contradição são consideradas pela LT como problemas na organização do texto, devendo ser eliminadas do plano da estrutura da língua, sob pena de comprometer um texto enquanto texto, pois prejudicam-no em sua lógica de construção linguístico-semântico-pragmática.

Para a LT, tanto a coerência quanto a contradição estão presas ao linguístico, seja explícita ou implicitamente. Mesmo que, para alguns autores, a incoerência independa da relação estabelecida entre as ideias por meio de elementos linguísticos, é nesse âmbito que sua lógica de sentidos é recuperada, apreendida, e também onde se propõem formas de correção; de igual maneira, a contradição, já que sua ocorrência implica contra-dizer o que se disse anteriormente numa dada construção.

Estudiosos do texto comumente citam a coerência como norte para a definição de texto e quase não se referem à não-contradição. Ou não citam esta última por considerarem equivalente ao termo incoerência, ou partem do princípio de que, salvo algum problema de ordem patológica, todo sujeito sabe que não pode dizer que uma coisa é X e não-X ao mesmo tempo. Estaria o sujeito produtor do texto muito mais vulnerável a cometer uma incoerência pela dificuldade de apreensão dos sentidos que as palavras tomam numa situação concreta, do que a romper com uma coisa que disse anteriormente?

Para uns, a incoerência é decisiva para determinar um não-texto, para outros em absoluto, já que ela pode sempre constituir algum sentido, de alguma maneira, portanto não seria necessariamente um defeito, pois, além de poder ser proposital, pode também significar de alguma maneira. Koch e Travaglia (2003, p. 31) compartilham dessa ideia juntamente com Charolles (2002), para quem a coerência se estabelece no processo de interlocução dos usuários. A continuidade de uma proposta unificadora é condição para a coerência, mas admitem os autores que a descontinuidade pode não representar necessariamente a incoerência, desde que haja uma intenção para isso, ou seja, desde que a falta de sentido faça parte do sentido proposto pela veiculação do texto.

Ao mesmo tempo, afastando-se disso, Koch e Travaglia (2003) dizem que, se um usuário violar o uso dos elementos linguísticos, tem-se um texto incoerente, a não ser em “[...] casos patológicos em que não teríamos uma situação normal” (idem, p. 60).

Pode-se dizer que a incoerência é um risco maior que o usuário corre na produção de um texto e que não se cogita a contradição, já que esta burlaria um dos

princípios da própria lógica do pensamento humano: o princípio da não-contradição. Nessa concepção, ambos os “defeitos”, incoerência e contradição, tomadas enquanto defeito, são passíveis de serem capturadas e corrigidas no nível linguístico.

Charolles (2002) reconhece a dificuldade de raciocinar a partir do que a lógica formal propõe como parâmetro da não-contradição: que uma proposição seja verdadeira e falsa ao mesmo tempo. No entanto, o autor se aproxima dela ao dizer que esse caso é bastante raro de acontecer, pois a contradição seria dada com evidência e, portanto, fácil de ser eliminada da estrutura textual.

A CONTRADIÇÃO A PARTIR DA POLIFONIA EM DUCROT

No primeiro momento de seus estudos, Ducrot (1987) considera que o ato de argumentar é um ato linguístico fundamental, por isso postula que a argumentatividade se dá inscrita sistematicamente no interior da própria língua. Postulando uma semântica argumentativa, o autor propõe que a noção de sentido de um enunciado deva ser compreendida,

por um lado, como função de suas combinações possíveis com outros enunciados da língua capazes de lhe darem continuidade no discurso; e, por outro lado, como função das relações que o enunciado estabelece com outros pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo, ou seja, que apontam para o mesmo tipo de conclusão (Ducrot, 1987, p. 47).

Em tais bases, no que Ducrot tratou como Teoria da Argumentação na Língua, a língua aparece como o lugar dizer da argumentação e nela há dois princípios que podem ajudar no entendimento da contradição: aceitabilidade e justificabilidade. O primeiro caso aconteceria quando a passagem de um encadeamento de um argumento (A) é suficiente para uma conclusão (C). O segundo caso, quando essa passagem de A para C não é suficiente para a conclusão, ou seja, a passagem de A para C não é autorizada pela estrutura da língua, a não ser que fosse possível inserir uma estrutura que justificasse isso.

Em “O casaco está caro, não vou comprá-lo”, a passagem de A leva à C, pelo princípio da aceitabilidade. Todavia, em “O casaco está caro, vou comprá-lo”, a passagem de A não autorizaria a passagem à C, necessitando do princípio da

justificabilidade para resolver o problema da contradição “O casaco está caro, *mas* vou comprá-lo”.

Ducrot propõe uma explicação estrutural à justificabilidade, que assume o papel de controlar a contradição também no âmbito da estrutura linguística. Compreendendo a contradição como um problema que *deva* ser resolvido na língua, a proposta de justificabilidade seria a de introduzir um operador argumentativo que faça a sentença voltar a fazer sentido, no caso acima o “mas”.

Segundo Zandwais (2002. p.54), a justificabilidade é uma boa estratégia para não se ter que,

tratar com a exterioridade da língua e nem com o pressuposto de que o funcionamento argumentativo pode situar-se em “encruzilhadas”, onde é possível passar de um topos a outro dentro de uma mesma situação enunciativa, sem que seja necessário admitir a condição de gradualidade do topos.

Outro exemplo observamos na questão a seguir:

(1) Existe uma onda positiva em torno do Brasil. O mundo se surpreende ao ver que o país do samba e do Carnaval é também capaz de produzir aviões. Nos Estados Unidos, o cidadão é ligado em economia. O Brasil está na moda porque se tornou uma economia competitiva. (Roberto DaMatta) (Veja, 22/09/2004, p. 15).

Em “O mundo se surpreende ao ver que o país do samba e do Carnaval é também capaz de produzir aviões”, o tópico de que trata o texto se refere ao bom período pelo qual atravessa o País. Os dois atributos que o país recebe não poderiam atender à proposta de aceitabilidade ducrotiana, pois ser *país do samba e do Carnaval* não leva, no interior da língua, à conclusão de ser fabricante de avião; de outra maneira, a proposição não necessitou de um operador argumentativo *mas* para marcar, por condição de justificabilidade, a relação contraditória entre os dois atributos. Podemos, então, observar que a contradição aconteceu independente de um marcador na estrutura da língua.

Acontece contradição em (1) e ela não pode ser capturada estritamente no plano da estrutura da língua, conseqüentemente, não pode ser compreendida como um defeito a ser solucionado. A contradição presente em (1) se dá pelas condições sócio-históricas que fazem os atributos *país do samba/Carnaval* e *fabricante de aviões* se tornarem opostos no âmbito discursivo.

Campanhas publicitárias e políticas, filmes, documentários empenham-se em desfazer certos estereótipos que o Brasil recebeu ao longo dos anos. Em torno das favelas, das belezas femininas, do calor dos trópicos, dos festejos carnavalescos, da violência, da prostituição infantil, há um imaginário a ser enfrentado para que o País atraia turistas, investidores, etc. a partir de possíveis outros sentidos.

Os termos *samba* e *Carnaval*, dotados de uma carga significativa identitária bastante forte, em si, abrigam sentidos opostos. Eles tanto podem abrigar um sentido positivo, convocando a ideia de festa popular, alegria, belas mulheres, quanto um sentido considerado negativo, convocando a ideia de malandragem, ociosidade, promiscuidade, enfim, sentidos que iriam de encontro a um sistema capitalista de governo, em que trabalho se opõe à ociosidade.

Por essas condições, *samba* e *Carnaval* são usados como elementos contraditórios à capacidade de o País “*produzir aviões*”, e isso não obedece a uma contradição enunciativa, bem como, não é precisa ser determinado por um operador argumentativo *mas*, por exemplo, para resolver o problema de controle pelo recurso da justificabilidade, conforme Ducrot. A contradição que aconteceu em (1) não é um problema capturado pelas propostas de solução de coerência do texto, ela é constitutiva dos sentidos convocados pelo enunciado.

Quando verifica que nem as expressões argumentativas têm força autônoma, nem os critérios de aceitabilidade/justificabilidade podem descrever as reais condições que autorizam as conclusões, Ducrot desloca a noção de *topos*, lugar de dizer (que ele traz de Aristóteles), para a exterioridade da língua, e a condição do *topos* passa a ser regida por uma proposta dialética.

Neste momento, em sua Teoria Polifônica da Enunciação, o autor trabalha, entre outras questões, a soma de vozes envolvidas num enunciado sob o nome de polifonia, termo já empregado por Bakhtin antes dele. A polifonia de Ducrot chama a atenção para as várias vozes presentes num dizer, assumida por um sujeito designado como Locutor (L), que faz intervir outras vozes identificadas como Enunciadores (E). O autor buscará localizar essas vozes em representado (E) e representante (L), o que pressupõe a possibilidade de localizá-las na estrutura da língua. Fato possível somente se se considerar o texto como um conjunto de enunciados, motivo este que levou Ducrot a criticar a noção de polifonia em Bakhtin, para quem a produção de sentido de um texto se dá em relação ao seu todo.

A necessidade que os estudos linguísticos muitas vezes têm em tentar apreender o sujeito da língua pode mesmo denunciar a dificuldade de localizá-lo. Percebe-se que, à medida que os estudos sobre as teorias enunciativas, por exemplo, vão se esgotando no âmbito da estrutura, mais longe fica essa localização. Numa concepção que compreenda o sujeito a partir de uma posição histórico-social, ele não será necessariamente localizado no enunciado, capturado em sua subjetividade “original e pura”, mas situado em lugares sócio-históricos. Numa condição polifônica, o sujeito só vai emergir a partir de uma convergência de vozes imbricadas num dizer, acontece que Ducrot, mesmo as contemplando no conjunto do texto, acredita que, isolando um enunciado desse texto, é possível fazer intervir uma única voz.

Para Ducrot, a subjetividade não está nas marcas da língua, está na forma como o sujeito movimentava os enunciados, portanto a 1ª pessoa não é o reflexo da subjetividade do sujeito, também a 3ª não é sua ausência, nem está desprovida de subjetividade. Para ele, o L é responsável pelo dito apenas na materialidade da língua, mas a constituição do sentido não se esgota aí. O enunciado apresenta indicações sobre as vozes eventuais da enunciação, por isso é possível distinguir entre essas vozes dois tipos de personagens: o L e o E.

Na teoria polifônica de Bakhtin, várias vozes também falam simultaneamente, mas sem que se possa objetivamente determinar qual prepondera em relação às outras. Na teoria polifônica de Ducrot, as vozes podem ser capturadas nos enunciados dos textos. O L apresenta-se como o responsável pelo enunciado e o enunciadador como as vozes que falam através da enunciação, demonstrando juízos de valor. Assim, o L coloca em cena um ou mais E(s), organizando-lhes ponto de vista e atitudes, isto é, [...] o enunciadador está para o locutor assim como a personagem está para o autor (DUCROT, 1987, p. 192).

Portanto, no enunciado *Pedro não é gentil*, assumido por um L, tem-se: a) *Pedro é gentil*, como uma voz do E₁, diferente do L; e b) *Pedro não é gentil*, como uma voz do E₂, que é assimilado pelo L.

Tais considerações convocam o papel importante que Ducrot oferece à negação, tanto como recurso linguístico para validar o pressuposto de um enunciado na Teoria da Argumentação na Língua, quanto para “localizar” o E em sua relação com o L na Teoria Polifônica da Enunciação.

principalmente pela forma como, ao construir a relação entre autor e personagem, rompe com a simetria entre ambos.

A análise que Bakhtin faz em *Problemas da poética de Dostoievski* (1929) coloca a polifonia como resultado da articulação de vozes no interior do discurso, o que iria, definitivamente, romper com a unidade do sujeito, fonte de sentido das teorias psicologizantes. Stam (1992, p.37), estudioso literário, diz que Bakhtin viu em Dostoievski um “[...] orquestrador das vozes de personagens que estão a seu lado em completa liberdade, e capazes de discordar de seu criador e até rebelar-se contra ele”.

O conflito entre o que o sujeito se julga ser e o que é para o outro representa um dos espaços destinados à contradição em Bakhtin. Stam relata uma parte do texto *Gente pobre* de Dostoievski, em que a percepção de um homem pobre sobre si revela-se contra a percepção que lhe é dada socialmente. Para Stam, (idem, p. 40) “Nesses casos, o personagem está consciente do que pode ser dito a seu respeito por um membro de outra classe ou outro grupo, e procura destruir essas palavras imaginadas (mas reais) polemicamente, por não se adequarem à complexidade de sua personalidade”.

Tais questões levam Bakhtin a extrapolar a análise literária e entrar numa discussão problematizadora para a ciência da linguagem: no próprio engendramento hierarquizado e centralizador da sociedade, traz a polifonia discursiva como reflexo do confronto entre discursos sociais, o que acaba denunciando as contradições, não como defeitos da língua como fazem as teorias linguísticas, mas como constituintes dessa mescla de vozes.

Partindo da arte, para a qual cada romance apresenta uma oposição de muitas consciências, jamais apagadas em sua dialeticidade, pois se justapõem e contrapõem, Bakhtin situa sua compreensão de sujeito e de mundo representados por uma língua que, embora sob um efeito de transparência, abriga e representa materialmente a realidade na sua própria dispersão, por isso na sua própria contradição.

Tal como a arte de Dostoievski, que forçava visões de mundo incompatíveis a dirigirem-se umas às outras numa mesma obra, resultando numa nova mistura, num novo diálogo, Bakhtin leva os sujeitos a se repensarem em relação à forma como os discursos dispersos os constituem e de que maneira o novo se faz a ponto de poder provocar transformações sociais.

A fim de se analisar a polifonia, agora em Bakhtin/Voloshinov, faz-se necessário recobrar o exemplo (1). Este enunciado refere-se a falas do entrevistado (DaMatta), no

entanto, já não são exatamente suas falas por dois motivos iniciais: primeiro, porque sua posição em relação ao Brasil e aos Estados Unidos não pode ser localizada numa individualidade de atividade mental. Sua opinião seria construída a partir de “suas” convicções ou apenas o resultado de um discurso dominante de xenofobia? Segundo, as falas, localizadas e dispersas na entrevista como um todo, foram agrupadas pelo repórter e situadas entre aspas como forma de distanciamento do entrevistador e do entrevistado, convocando, por essas condições, um outro jogo de sentido diferente da localização inicial.

A ilustração poderia se estender, ainda, a partir das seguintes considerações sobre exemplos de sentidos polifônicos em cada um dos enunciados:

1) *Existe uma onda positiva em torno do Brasil*: embora a sugestão seja de que muitas pessoas pensem isso em relação ao Brasil, pelo fato de a reportagem convocar como tema a economia brasileira, a voz a que o locutor esteja se referindo pode ser a do resultado dos números estatísticos de avanço econômico em relação a grandes nações.

2) *O mundo se surpreende ao ver que o país do samba e do Carnaval é também capaz de produzir aviões*: aqui haveria o discurso construído pela história do Brasil em torno de suas festas populares, englobando o que isso diz para os brasileiros e o que isso diz para os que não partilham deste contexto. Tem a ver com um discurso do que é e do que parece aos olhos do mundo. Além disso, a voz de uma economia capitalista, cujas regras implicam lucratividade e muito trabalho, junta-se à voz dos valores culturais do carnaval para apagá-la em detrimento de um valor econômico em que “tempo é dinheiro”.

3) *Nos Estados Unidos, o cidadão é ligado em economia*: este enunciado já foi usado para exemplificar a forma como os discursos trabalham a sua própria oposição (o que não necessariamente representa uma contradição, como neste caso). A voz de supremacia norte-americana convoca uma outra voz que significa neste dizer, do tipo “No Brasil, o cidadão não é ligado em economia”. Trata-se de uma voz não marcada, mas cujo sentido é interessante ao texto, a fim de valorizar ainda mais uma nação forte em detrimento de uma nação emergente.

4) *O Brasil está na moda porque se tornou uma economia competitiva*: a voz deste último enunciado pode ser atribuída a uma espécie de discurso da verdade, o discurso do relato, o resultado de uma constatação pela análise realizada por DaMatta, mas também poderia servir para abrigar tanto a defesa de ideia do antropólogo, quanto

sua repugnância a um discurso econômico que só valoriza uma nação pelo índice de lucro que pode proporcionar à economia mundial.

Enfim, esta análise trata de possibilidades de leituras que, por colocarem em jogo os sentidos provocados por determinada enunciação em relação a condições sociais determinantes para a significação, questionam o discurso na unicidade impossível de sua realização, fazendo intervir as vozes que o permeiam, sem necessariamente estarem marcadas na materialidade da língua.

Compreender a voz do *outro* no *eu* implica uma orientação em direção a ela, formando uma réplica, por isso, conforme Bakhtin/Voloshinov (2006, p.137) , a “[...] significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva”. Assim, por ser a palavra, no caso o signo, produto dessa aglutinação ou hibridismo de vozes, que o movimento histórico da língua acontece, a palavra tomada na polifonia é sempre tomada por um acento de valor apreciativo.

É nesse ponto que Bakhtin/Voloshinov propõe a tomada de consciência sobre o poder de transformação social que tem cada um a partir do momento em que se apercebe de sua constituição reflexiva, responsiva, questionadora, contraditória, isso porque, conforme os autores, “A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação” (2006, p. 140).

A expressão como atividade mental do *eu* não se organiza no plano da compreensão e a expressão como atividade do *nós* precisa ser entendida em seu efeito responsivo e reflexivo sobre a realidade para tornar possível senão o rompimento de forças opressoras, cerceadoras, pelo menos tomar consciência de que as transformações sociais são possíveis desde que os sujeitos percebam as mudanças a partir de uma compreensão do coletivo.

Bakhtin/Voloshinov atribui ao processo polifônico o motivo que faz a língua jamais ser apreendida sob a lei de um conjunto de regras estáveis. Ela está em constante mudança a partir do momento em que o signo é atravessado por vozes que não se harmonizam simplesmente, mas que se imbricam num novo espaço de sentido, num novo discurso. Esse resultado não é fruto de uma soma de elementos homogêneos, é resultado de um trabalho de forças distintas antagônicas, por isso a contradição está no resultado polifônico do signo.

Pode-se, então, atribuir à contradição em Bakhtin/Voloshinov o lugar, por assim dizer, da criatividade e da mudança, afinal, seria somente em situações como estas que os locutores se dão conta de que é fora da norma que se deixam realmente falar em seus erros, equívocos, ambiguidades, contradições, questões próprias de qualquer funcionamento vivo e dialético de língua.

ALGUNS ASPECTOS CONCLUSIVOS

Percebemos que a contradição, eliminada da língua enquanto estrutura, também não deixa de receber um caráter contingencial na teoria polifônica de Ducrot (1987), seja na Teoria da Argumentação na Língua, com o trabalho da aceitabilidade/justificabilidade, seja na Teoria Polifônica da Enunciação, com as vozes localizadas no âmbito da estrutura lingüística.

Apesar de Ducrot perceber que um enunciado não faz intervir uma única voz, mas várias, a tentativa de marcá-las no dito não permite que seus estudos contemplem a intersecção delas, ou seja, a forma como, ao mesmo tempo em que são atribuídas a determinados sujeitos, tornam-se fluidas num imbricamento discursivo de vozes.

Por sua vez, quando analisamos a contradição nos estudos do texto a partir de Bakhtin/Voloshinov compreendemos que esta representa criatividade e mudança; do mesmo modo que a relação polifônica entre o eu e o tu não poderia ser interpretada sob a lei de um conjunto de regras estáveis, porque toma a diferença como constitutiva da língua.

A partir da aproximação realizada entre os estudos de Ducrot e Bakhtin/Voloshinov podemos dizer que, como os sentidos do discurso não se limitam à materialidade da língua e como uma metodologia de lógica textual não dá conta das inúmeras possibilidades de organização de um texto, é necessário fazer intervir outras formas de análise discursiva num estudo que aproveite as construções internas como aporte de determinantes externos que signifiquem conjuntamente. Contribuição esta que encontra em Bakhtin/Voloshinov um singular representante, pelo fato de que, ao trazer a língua ao espaço dialético, a inscreve em uma determinação histórica cujas vozes se aglutinam, fazendo intervir no sentido as contradições constitutivas de todo discurso.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V N). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- CHAROLLES, Michel. *Introdução aos problemas da coerência dos textos*. São Paulo: Pontes, 2002.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas/SP: Pontes, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.
- ZANDWAIS, Ana. *As noções de aceitabilidade/justificabilidade na descrição do funcionamento argumentativo da linguagem*. Porto Alegre, UFRGS, 2002.
- Veja. Editora Abril. Ano 37, nº 38, 22/09/2004.

Data de recebimento: 03/09/2016
Data de aprovação: 12/12/2017